RECOMENDAÇÕES

CONSIDERANDO

O XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM RECOMENDA:

Aos docentes de enfermagem

1 — que a situação atual do ensino de enfermagem exige dos docentes participação ativa nos órgãos colegiados, a fim de que estes possam elaborar diretrizes em harmonia com a filosofia e os objetivos da educação de enfermagem;

1 — a) que se preparem para assumir atitude de liderança junto aos órgãos colegiados aos quais pertençam;

b) que, nos colegiados, procurem aproveitar as oportunidades surgidas, para conseguirem que sejam considerados os objetivos da educação de enfermagem.

As Escolas de Enfermagem

2 — a) que a preparação do estudante deve estar de acordo com as funções específicas da enfermeira;

b) que, no momento atual, as atividades exercidas pela enfermeira situam-se predominantemente na área administrativa;

2 — que nas matérias “Administração Aplicada à Enfermagem” e “Administração de Serviços de Enfermagem” seja dada maior ênfase aos aspectos de supervisão e desenvolvimento do pessoal.

As escolas e cursos de enfermagem, dos três níveis

3 — a) que, em face da realidade brasileira, os atuais campos de prática são deficientes em quantidade e qualidade;

3 — a) que utilizem, mediante convênio, instituições de saúde para campo de prática, tanto na zona urbana como rural;

b) que o entrosamento entre as escolas de enfermagem e os campos de prática está longe de ser satisfatório, com prejuízo para o ensino;

4 — que a orientação dos docentes recém-admitidos contribui muito para o seu ajustamento às funções que irão exercer;

5 — que o aumento da expectativa de vida do brasileiro está criando novas áreas de assistência de enfermagem.

6 — que grande parte do tempo das enfermeiras chefes é utilizado em tarefas burocráticas, em detrimento daquelas que lhes são específicas;

b) que envidem esforços no sentido de conseguir melhor relacionamento entre docentes e enfermeiras das unidades das instituições utilizadas para a prática das estudantes;

4 — a) que obtenham a colaboração de orientador pedagógico ou de professor experiente para orientação dos novos docentes;

b) que adotem um plano escrito de orientação, adaptado às necessidades individuais dos docentes e aos objetivos da instituição;

c) que ofereçam aos docentes recém-admitidos oportunidade para aprimoramento de seus conhecimentos e desenvolvimento de suas habilidades;

5 — que sejam incluídas no currículo dos cursos, experiências educativas em geriatria;

Aos serviços de enfermagem

6 — a) que incentivem o trabalho de suas enfermeiras chefes no sentido de prestarem assistência direta ao paciente, como atividade específica de suas funções;

b) que diligenciem no sentido de serem criados cargos ou funções de escriturário para a execução de atividades burocráticas nas unidades de enfermagem, sob a jurisdição da enfermeira chefe, a fim de que esta tenha condições para dedicar mais tempo à assistência do paciente;

7 — que a auditoria de serviços de enfermagem visa melhorar a qualidade da assistência de enfermagem;

7 — que procurem estudar a possibilidade de integração da auditoria de enfermagem em suas atividades administrativas.

Às escolas e serviços de enfermagem

8 — que a determinação do grau de dependência é de grande importância para o planejamento da assistência de enfermagem;

8 — que estimulem trabalhos de investigação relativos ao grau de dependência dos pacientes;

9 — que o preparo do campo de estágio e o exemplo do trabalho desempenhado por docentes e enfermeiros são condições fundamentais para a aprendizagem.

9 — a) que os campos de estágio sejam preparados adequadamente a fim de elevar o nível de assistência de enfermagem, condição essencial para maior desenvolvimento do estudante;

b) que os departamentos das escolas de enfermagem participem na manutenção dos campos de estágio.

Às enfermeiras

10 — que, segundo o Código de Ética, é dever precípuo da enfermeira salvaguardar a vida e a saúde da pessoa humana;

10 — que procurem atender integralmente aqueles a quem prestam assistência de enfermagem, ajudando-os a reassumir a responsabilidade de suas vidas e de seus dependentes, não obstante as limitações conseqüentes da doença.

À ABEn

11 — que a atuação das Seções da ABEn no programa do PIPMO é realizada de modo desigual e que há necessidade de normas para fins de racionalização dos recursos humanos e materiais;

11 — que sejam formuladas normas e diretrizes referentes à cooperação das Seções com os programas do PIPMO;

Às Seções da ABEn

12 — que os Técnicos de Enfermagem representam nova categoria profissional, cuja existência é ainda pouco conhecida por muitos;

12 — a) que promovam campanha de divulgação sobre o Técnico de Enfermagem;

b) que incentivem a realização de trabalho para fins de definição das funções do Técnico na equipe de enfermagem;

A Comissão de Educação da ABEn

13 — que o estudo, de âmbito local, sobre o ensino teórico e prático da enfermagem obstétrica revelou que há necessidade de preparar os estudantes do sexo masculino para esse ramo de enfermagem;

13 — que promova estudos de grande amplitude, no sentido de investigar:

I — a opinião de profissionais do sexo masculino, dos três níveis, sobre a utilidade do ensino teórico e prático de enfermagem obstétrica;

II — o grau de aceitação ou rejeição das pacientes com relação ao atendimento por estudantes do sexo masculino;

A Secretaria de Assistência Médica do INPS

14 — que já foram constatadas deficiências quantitativas e qualitativas da assistência de enfermagem prestada nos hospitais do INPS.

14 — que sejam implantadas normas concernentes à supervisão e inspeção, realizadas por enfermeiras/os, da assistência de enfermagem prestada aos beneficiários do INPS nos hospitais contratados.

Belo Horizonte, 22 de julho de 1972.

A Comissão de Recomendações

Celina Arruda Camargo

Glete de Alcântara